

HISTÓRIAS DE GENOCÍDIOS E A “ABERTURA DA PALAVRA” NAS TRILHAS DA POLÍTICA INDÍGENA (ALTO SOLIMÕES –AM, 1970-80)



STORIES OF GENOCIDES AND THE “OPENING OF THE WORD” IN THE PATHS OF INDIGENOUS POLITICS (ALTO SOLIMÕES – AM, 1970-80)

Tamily Frota Pantoja¹

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir as relações de política indígena diante das violências ligadas aos mercados ilegais de exploração de recursos naturais e operadas pelo indigenismo autoritário contra os povos do alto rio Solimões, região do Amazonas, cujas práticas sociais de denúncias apontam para a problemática do genocídio indígena na história recente do Brasil. Dois contextos são entrelaçados por diferentes fontes para ampliarmos a concepção de violências sistemáticas: os relatos acerca dos conflitos na área indígena Vale do Javari e as memórias em torno da criação de direitos pelas comunidades Ticuna. As lutas políticas pelo direito à comunicação e à participação pública evidenciam movimentos de dimensões não apenas locais, mas de circularidade nacional das suas ações por autonomia.

Palavras-chave: genocídio; memória; Amazônia

Abstract

The article aims to discuss indigenous policy relations in the face of violence linked to illegal markets for the exploitation of natural resources and operated by authoritarian indigenism against the people of the upper Solimões River, Amazonas region, whose social practices of denunciations point to the problematic of indigenous genocide in the recent history of Brazil. Two contexts are intertwined by different sources to expand the conception of systematic violence: reports about conflicts in the Vale do Javari indigenous area and memories surrounding the creation of rights by Ticuna communities. Political struggles for the right to communication and public participation demonstrate

¹ Mestra em História Social (2023) e Graduada em História (2018) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atua como professora de História na Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC-AM) e desenvolve pesquisas sobre gênero, mundos do trabalho, história oral, história indígena e genocídio no tempo presente. E-mail: tamilyfrota@hotmail.com



movements of not only local dimensions, but of national circularity in their actions for autonomy.

Keywords: genocide; memory; Amazon.

“Uma guerra na mata”²: o Alto Solimões permeado por constantes genocídios e a atualização punitiva na fronteira

No mês de abril do ano em que se completavam 500 anos da confluência entre o “Velho” e o “Novo” mundo, em 2000, o jornal O Globo publicou uma reportagem de Amaury Ribeiro Jr, envolvendo relatos distintos sobre violências extremas que permeavam o Vale do Javari, região de tríplice fronteira da Amazônia (Brasil, Colômbia e Peru), ao longo de décadas. Sob o título “Administrador da Funai teria chefiado massacre” e subtítulo “Acusado diz que história de assassinato de 30 korubos em 1975 é fantasiosa. Índios de outras tribos o contradizem”, o texto articula entrevistas com indígenas de diferentes etnias que lembram dimensões coercitivas e opressoras do serviço indigenista.

ATALAYA DO NORTE E TABATINGA (AM). O administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Tabatinga, Valmir de Barros Torres, é apontado como principal protagonista de uma história ainda por ser totalmente escrita. Ele é acusado de comandar o massacre de pelo menos 30 índios corubos, há 25 anos. O ticuna Paulo Ramos, o Paulo Canhão, funcionário aposentado da Funai, se diz testemunha do massacre:

– Foi por ordem do Valmir. Pelo menos 30 korubos em 75 foram abatidos na expedição de contato com os corubos em 75 – disse Canhão, que gravou sua entrevista num bar de Tabatinga³.

Surge uma questão preliminar à leitura da reportagem. Por que um massacre ocorrido em 1975 se tornou tema de investigação para ir a público, por meio da “grande imprensa”⁴, 25 anos depois? Os relatos contraditórios e com detalhes esmiuçados podem causar a impressão de que as memórias são

² O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.

³ O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.

⁴ Acompanhando a referência de M. H. Capelato no diálogo sobre imprensa e o tempo presente, vale destacar: “A ‘grande imprensa’ é assim definida por uma atuação de longa duração, pela amplitude de circulação e pela participação relevante em vários âmbitos da sociedade, inclusive na política”. Conf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do tempo presente: A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília A. N.; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.



constituídas em tempo muito próximo ao caso. Não se pretende dizer que, com o passar do tempo, as contradições envolvidas nas memórias vão se atenuando naturalmente. Ao contrário, as memórias possuem uma dimensão permanente de seletividade, o que não se deve apenas ao “fato de que o tempo tanto tira quanto acrescenta”⁵ quando lidamos com narrativas orais, mas também pelo próprio processo de forças sociais contraditórias no qual são forjadas: “sabemos que a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder”⁶.

Em alguns casos, como ocorre com o massacre do Capacete, o qual vitimou os Ticuna em 1988⁷, circulam publicamente memórias de reconhecimento da violência que submete os povos indígenas e que incidem na disputa contra o esquecimento⁸. No dia 28 de março de 2021, a Prefeitura de Benjamin Constant lançou um vídeo com essas características: “Sempre será lembrado como um dia de reflexão e de luta”. Os poderes locais em Benjamin Constant tradicionalmente estão ligados às famílias de comerciantes e empresários que têm histórico de conflito com os Ticuna. Causa estranhamento essa posição do poder municipal pela forma como lideranças políticas elitistas e preconceituosas mantêm uma imagem da cidade de ocultamento do histórico de ordens anti-indígenas que conformam esse espaço social.

De todo modo, a luta contra o esquecimento é todo um processo que demanda intensa mobilização de base. Se hoje circula uma referência do poder

⁵ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: Funções do Tempo na História Oral”. Publicado pela primeira vez em **International Oral History Journal**, II, 3 (Outono, 1981), p. 162-180.

⁶ SILVA, O. Memória, preservação e tradições populares. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

⁷ Em 28 de março de 1988, catorze indígenas Ticuna foram assassinados por não-indígenas armados com espingarda sob ordem do madeireiro Oscar de Almeida Castelo Branco, quem se tornou réu com outros treze indivíduos por crime de genocídio. Quatro corpos foram encontrados e dez ficaram desaparecidos nas águas do rio Solimões, outras vinte e uma vítimas sofreram ferimentos. O massacre ocorreu próximo ao igarapé conhecido como “Boca do Capacete”, no entorno do município amazonense de Benjamin Constant, localizado a 1118 quilômetros da capital Manaus. Processo Penal N°910001720-5. Autor: Ministério Público Federal. Denúncia protocolada na Justiça Federal/AM em 16 de dezembro de 1991.

⁸ Partimos da perspectiva de que os relatos constroem a “identidade do contador e o legado que ela ou ele deixa para o futuro”, seguindo a referência de Alessandro Portelli (p.162). A luta contra o esquecimento está relacionada tanto à afirmação da trajetória de vida do sujeito histórico e de que lugar social ele fala, como uma autopreservação frente ao esquecimento, quanto às experiências coletivas quando se tem em vista o futuro de quem compartilha determinada identidade.



público municipal sobre o massacre, é preciso evitar fazer suposições espontâneas de alinhamento político. Inclusive, porque essa maneira de alusão pode intencionalmente a ideia de caso isolado no passado, que realmente teria deixado os moradores da cidade estarecidos, tendo em vista uma estratégia de ocultamento do próprio tempo de incentivo ao genocídio com discurso oficial contrário ao direito de demarcação e a favor de práticas criminosas em terras indígenas. Nem sempre a visibilidade contra o esquecimento é um trabalho de desnaturalização.

É justamente pelas relações de intenso e contínuo conflito no espaço em que esses sujeitos convivem que as memórias são elaboradas com informações supostamente precisas, como veremos adiante. De antemão, vale acompanhar a linha do tempo que a reportagem inicial do O Globo traçou, de modo a apontar o sentido de atualização das práticas genocidas, coercitivas e também de ação de grupos indígenas que rejeitam o contato com agentes do indigenismo oficial e a presença de intrusos em seu território. A linha do tempo está situada no tópico “Uma guerra na mata”:

- **1972:** Korubos matam a cacetadas um pescador identificado como Daniel, às margens do Rio Novo.
- **1973:** Três índios incendiam um posto da Funai, matando uma mulher.
- **1975:** Um grupo de 30 índios emboscam Valmir Torres e Jaime Sena Pimentel, que morre a cacetadas. Em represália, Torres teria comandado a execução de 30 índios.
- **1976:** Korubos atacam o acampamento de madeireiros, perto das margens da Foz do Rio Branco. Matam um.
- **1981:** Madeireiros distribuem farinha envenenada a Korubos na foz do Rio Branco. No mesmo ano, madeireiros atacam um grupo de índios: 13 podem ter sido mortos.
- **1982:** O Cimi informa que 40 índios Korubos são mortos no Vale do Javari.
- **1989:** Uma expedição de 15 homens, comandada por madeireiros, sai à procura dos índios no Rio Ituí: três índios são mortos. Os corpos são enterrados, mas encontrados pela PF.
- **1981:** Korubos matam um madeireiro, conhecido como Dosa, deixando apenas o crânio.
- **1997:** Índios matam a bordunadas um funcionário da Funai.



- **Fontes:** Cimi, Funai, PF e moradores da região⁹.

De acordo com o pesquisador e indigenista Bernardo Natividade Vargas da Silva, o povo indígena denominado Korubo “constituem atualmente grupos locais que apresentam diferentes níveis de interação com a sociedade nacional, desde situações de isolamento até relações de contato permanente”¹⁰. Ao longo da segunda metade do século XX, “estes indígenas ocupavam uma unidade territorial baseada no interflúvio dos rios Ituí e Itaquai [...], e explicitamente demonstravam a intenção de não estabelecer contato permanente com a sociedade envolvente”¹¹. Simultâneo a isso, “atuaram com profunda resistência às investidas de frentes desenvolvimentistas sobre seu território”¹².

A dissertação de Bernardo Silva tem por princípio as relações estabelecidas em seu trabalho de campo pela Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ), além das investigações bibliográficas e documentais sobre a “configuração territorial e a territorialidade expressada pelos índios Korubo nos últimos 50 anos”. Nos momentos em que se fala de genocídio, massacre e outras violências, o autor se reporta a ação de exploradores de recursos naturais – em uma abordagem de longa duração – associando a esses processos a dispersão dos grupos indígenas, isto é, suas dinâmicas de territorialidade.

O convívio com os Korubo nessa atuação profissional de defesa dos seus direitos permitiu incorporar à pesquisa relatos sobre o massacre de 1989, pontuado na linha do tempo acima. A Polícia Federal encontrou os três corpos de indígenas “que já estavam em avançado estágio de decomposição, e abriram um inquérito para investigar e punir os autores desta atrocidade”¹³. O caso repercutiu na imprensa, e até 1991 noticiava-se que “nenhuma medida de fato foi tomada para punir os autores desta atrocidade”¹⁴, os quais seriam moradores das cidades de Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

⁹ O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.

¹⁰ SILVA, Bernardo Natividade Vargas da. **Territorialidade Korubo no Vale do Javari – AM**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2017, p. 6.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Id., *ibid.*

¹³ Idem, p. 137.

¹⁴ Id., *ibid.*



Semelhante ao caso de massacre entre os Ticuna¹⁵, a situação de emboscada, uso de tortura e os corpos desaparecidos (levados pelas correntezas do rio Solimões ou encontrados enterrados pelos próprios criminosos), são aspectos que evidenciam práticas de genocídio sistemáticas nessa localidade do Vale do Javari e em outras áreas indígenas do Alto Solimões. Bernardo Silva trabalhou ao lado de Bruno Pereira, indigenista vítima de um assassinato com esses traços em 2022. Bruno foi mencionado como “companheiro”, de maneira a reforçar a perspectiva de que o indigenismo deve ser um trabalho de combate à lógica da dizimação.

Nem a possibilidade de atenção internacional gerada em torno de casos como esse – principalmente por envolver o britânico Dom Phillips enquanto vítima também – é motivo para desviar a regra da punição sobre os que contrariam os interesses dominantes nessa realidade. Essa é uma observação necessária para superar a ideia comum de que as punições violentas e criminosas que ocorrem em regiões da Amazônia são constantes porque ficam na invisibilidade.

Falando de uma região diferente, mas com a finalidade de traçar uma ligação a respeito da atenção internacional para a violação dos direitos indígenas na Amazônia, cabe pontuar outros casos. Ao longo da década de 1990, diversas cartas de representantes da Anistia Internacional em diversos países foram endereçadas ao Ministério Público Federal no Amazonas, ao Ministério da Justiça e ao Gabinete da Presidência da República. Cerca de 244 dessas cartas foram levantadas no arquivo do MPF/AM, onde essa pesquisa foi iniciada. Não apenas o caso de Capacete estava no foco – 10 anos depois, em 1998 –, mas a situação dos Macuxi no norte do estado de Roraima também era reclamada por justiça. A quantidade expressiva de cartas, no entanto, foi composta por um padrão de escrita, muitas vezes repetido de maneira literal, outras vezes traduzidas, resumidas ou ampliadas. Um exemplo é a carta assinada por Johann Sohm, na Austria, em maio de 1995, a qual expressava “extrema preocupação com respeito

¹⁵ PANTOJA, Family Frota. Arquivos da violência: rastros do genocídio Ticuna e a elaboração de práticas sociais de denúncia (Alto Solimões/AM, 1988). In: PANTOJA, T. F.; BASTO, R. de O. (Orgs.). **Caminhos da Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. (Coleção PPGH, v 8).

a notícias sobre a violenta expulsão de índios Macuxi de sua maloca [...] a Polícia Militar fez uso de violência, espancando, chutando e ferindo vários”¹⁶.

Retornando ao Alto Solimões, com recuo temporal mais distante, vale citar uma referência dos debates entre história e imprensa que dialoga com o tema deste tópico e com a repercussão internacional. Caio Henrique Faustino da Silva e Davi Avelino Leal demonstraram que o esforço investigativo e midiático produzido em torno das violências na região do Putumayo, por exemplo – território de ocupação tradicional do povo indígena Witoto e que compreende a tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) – não encerrou a exploração promovida pelos mercados. Ao abordarem “os escândalos do Putumayo nas páginas do *The New York Times*” – os quais envolviam trabalho análogo à escravidão, tortura, massacres, mutilações, rapto de mulheres e crianças e assassinato de idosos –, os autores apontam que “o referido editorial constituiu um importante contributo para a compreensão da violência e da exploração dos povos originários da Amazônia no quadro da economia gomífera”. E a despeito de mais de duas décadas de publicações sobre as atrocidades, os envolvidos no comando da exploração sustentavam a narrativa do “exagero” sobre o que repercutia ou o desconhecimento sobre os casos.

Houve a dissolução compulsória da empresa que impôs todas essas condições, a *Peruvian Amazon Company*. Mas a continuação da exploração traz à luz a noção de João Pacheco de Oliveira sobre a fronteira como “um mecanismo que correlacione de forma regular e complementar diferentes partes de uma totalidade (que tanto pode ser intranacional quanto pode associar partes pertencentes a diferentes países”¹⁷. O sentido dessa totalidade “inclui realidades políticas e ideológicas sem as quais não poderia ocorrer a reprodução econômica e social daquela sociedade”¹⁸.

Dessa maneira, a regra punitiva não é sistemática apenas porque existe o domínio de frentes econômicas ilegais nas áreas de ocupação indígena. As relações de violência extrema são muito mais complexas que esse antagonismo

¹⁶ Amnesty international, Krems-Stein, Austria, 1995-02-05.

¹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P. 117-160. (Cap. A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório).

¹⁸ Idem, ibidem.



explícito entre os exploradores/intrusos e os grupos indígenas. Daí a importância de não reduzir a fronteira a agentes econômicos. Apesar da atuação recente de defesa etnoambiental no corpo da FUNAI, a tradição de um indigenismo autoritário contribuiu para engendrar massacres nada isolados de todos aqueles casos listados na página do O Globo¹⁹.

Essa “guerra na mata”, que contorna as respostas violentas de alguns sujeitos Korubo, evidencia como as múltiplas interações compulsórias contra as quais eles se posicionavam vinham alinhadas. Segundo o Ticuna Paulo Ramos, o Paulo “Canhão”,

às 17h do dia 6 de novembro de 1975, uma expedição de 18 integrantes, comandada pelos sertanistas Jaime Pimentel e Valmir de Barros Torres, tentava contato com os korubo na margem direita do Rio Itacoai, um dos principais do Vale do Javari, na divisa do Brasil com a Colômbia e Peru. Índios canamaris, ticunas, marubos, e mayrunas, a serviço da Funai, compunham a maioria da expedição. Eles eram úteis por conhecer a região e por falar a língua dos corubos, conhecidos também como caceteiros.²⁰

Paulo Canhão contou que, no dia do massacre, os korubo se aproximaram da outra margem do Itacoai. Pimentel e Torres atravessaram o rio para o contato e foram cercados pelos índios. Pimentel tentou fugir em direção à mata, mas tropeçou e teve a cabeça esmagada com golpes de borduna. Torres teve mais sorte e chegou até a canoa.

Segundo Canhão, ao voltar ao acampamento da Funai, Valmir Torres distribuiu munição aos índios intérpretes e deu ordens à equipe, que assistira à morte de Pimentel da outra margem do rio, que a vingasse. Teria tido então início o massacre.

Canhão contou que os korubo lutaram com bordunas e lanças, mas tiveram poucas chances contra as espingardas da Funai. Segundo ele, depois de duas horas de combate, uma fumaça se espalhou pela floresta cobrindo os corpos de pelo menos 30 korubos no chão. Paulo Canhão disse que, dos 18 membros da

¹⁹ A pesquisa prévia a este artigo aborda o papel articulador da violência nas páginas de um jornal local, o A Crítica, um dos principais veículos de imprensa do Amazonas. Nessa análise, a imprensa é considerada como “força social ativa”, pois formula diagnósticos segundo interesses de classe reforçados em sua linguagem e seções, além de mobilizar para a ação determinados segmentos da sociedade. Desse modo, entende-se a problemática acerca da utilização de matérias deslocadas apenas como o lugar da informação. No entanto, utilizamos tal página específica da reportagem do O Globo devido à sua incorporação ao conjunto de fontes levantado no arquivo do MPF/AM. Não se pretende deslocar tal fonte do seu lugar de produção, porém, perceber sua conexão com outros relatos que encaminham a questão do genocídio na Amazônia. Conf. CRUZ, H; PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, no 35, p. 253-270, 2007.

²⁰ O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.



expedição, só ele, o cozinheiro Dorval, e o índio Arigó Mayruna se recusaram a matar os korubos.²¹

A denominação “caceteiros” atribuída aos Korubo sublinha uma perspectiva de dominação que Ailton Krenak aborda como “o eterno retorno do encontro”. Partindo do reconhecimento da diferença, para cada um dos povos, do tempo e da própria noção desse contato, Krenak afirma que a ideia de encontro de agentes do progresso com um mundo de selvagens “continua sendo a ideia que inspira todo o relacionamento do Brasil com as sociedades tradicionais daqui”²². Essa afirmação vem associada a uma visão também prospectiva, embora pareça fixar uma realidade: “mais do que um esforço pessoal de contato com o Outro, nós precisamos influenciar de maneira decisiva a política do Estado brasileiro [...] tem importância sim esse nosso encontro.”²³

A posição de Ailton Krenak sustenta a concepção da história como construção coletiva em constante movimento, sem a qual restaria a resignação com uma tradição indigenista autoritária e militarmente amparada. Como apontou Talita Gama Magalhães, a derrocada do SPI e chegada da FUNAI na região do Vale do Javari (no período da ditadura civil-militar) não coincide por acaso com a abertura da Rodovia Perimetral Norte: “As fontes demonstram que a atuação do SPI e, posteriormente, da Funai não priorizavam a assistência aos indígenas, mas antes tinha de realizar maior controle nas áreas de exploração”²⁴. A autora ressalta em sua dissertação: “É necessário que se pense agora a história da Funai e dos enredos dessa transição nas permanências dessas violências, naturalizadas pela atuação do Estado sobre esses povos”, a ser delineada “A continuidade de práticas desarticuladoras de direitos”²⁵.

Também é necessário observar que a fonte em torno da qual se desdobra esse tópico demonstra que essa política de repressão exercida pelo órgão indigenista não ficava sem encontrar a outra via da violência como instauradora

²¹ Continuação da reportagem inicial do O Globo.

²² KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 23-31.

²³ Idem, p. 29.

²⁴ MAGALHÃES, Talita Gama de. **O relatório de Jáder de Figueiredo, memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962-1968)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2020.

²⁵ Idem, p. 94.



do direito por parte dos Korubo, segundo a concepção de Walter Benjamin²⁶. Há de ser destacada a violência pela ação dos indígenas também como prática política, muito diferente do que comumente se discute como política indígena²⁷, mas indicativa de como a história da interação dos povos indígenas com o Estado ao longo dos processos de contato e de dominação é constituída, inclusive contemporaneamente, por atitudes que atravessam os agentes da repressão com o terror.

Entendemos a crítica de Benjamin sobre a violência como uma maneira de evitar o caminho dos fundamentos do direito natural orientados pela diferenciação entre a violência para fins justos ou injustos. O direito natural almeja justificar os meios para fins justos, constituindo um instrumento de sustentação do Estado centralizador, cuja relação com a sociedade é de afirmação da sua necessária passividade. Por outro lado, Benjamin posiciona o direito positivo como ponto de partida para uma distinção quanto aos tipos de violência, onde se toma por base “a existência ou a falta de um reconhecimento histórico geral de seus fins”²⁸.

Efetivamente, a ação violenta dos Korubo, quando não reconhecida como estratégia de recusa da “pacificação”, finda enquadrada como reação bárbara à tentativa de tutela dos não-indígenas. E esse é um modo de não considerar que eles também fazem história, se não conseguindo evitar esse contato, ao menos buscando preservar o próprio tempo de existência autônoma das imposições que os pressionam. Parafraseando a nota de Jeane Marie Gagnebin,

Benjamin não escreve, portanto, um ensaio pacifista, mas tenta delimitar os vários domínios nos quais a violência se exerce, em particular para refletir sobre a oposição entre o ‘poder-como-violência’ do direito e do Estado, e a ‘violência-como-poder’ da [estratégia de recusa]²⁹.

Não há como fazer a leitura do processo que a fonte permite visualizar sem entrecruzar narrativas que remetem ao marco da modernidade, que é a ação colonial. Há semelhanças marcantes em relação à imagem que João Pacheco de

²⁶ BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.

²⁷ Em referência às formas de acordos ou negociações e o repensar do papel das leis (ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 28).

²⁸ Idem, p. 126.

²⁹ Idem, p. 121. No original, “[...] violência-como-poder da greve revolucionária”.



Oliveira aponta como sendo a mais próxima do que poderia representar o “nascimento do Brasil”: a gravura de Jean-Batiste Debret, intitulada “Família guarani capturada por caçadores de escravos”. Nessa imagem, os cumpridores da ordem são homens não-brancos, de origem indígena, transformados em subalternos para colaborarem com

um processo de genocídio – chamado de forma eufemística de ‘pacificação’ – que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone³⁰.

Anteriormente, foi mencionada a tradição de um indigenismo autoritário que emerge como problema nessa investigação justamente pela sua força desarticuladora de direitos que permanece por décadas regionalmente, sob um mesmo nome. As fontes nos possibilitam entrever trajetórias ligadas ao poder, de maneira a ser evitada a abordagem voltada para um sistema que supostamente fosse reproduzido independente dessas relações de força mais localizadas. A análise que leve em conta um problema sistemático de dominação e de produção do genocídio não deve prescindir de identificar os sujeitos reais que estão em determinadas localidades exercendo o poder como violência.

Seguindo a introdução da reportagem, o tópico “Acusado conta outra história” apresenta uma narrativa que lembra aquelas repercutidas sobre o caso de Capacete.

O acusado, Valmir Torres, vangloria-se de seus 38 anos de Funai, dos quais 27 anos na região, e contou uma história totalmente diferente.

– Não houve disparo. Na hora da confusão, os índios (intérpretes) estavam caçando – disse Valmir – Eu conhecia a mata e por isso escapei. Depois de matar o Pimentel, os korubos ficaram calmos e pude voltar para a base.

Valmir Torres explicou que no fim de 1974 já tinha feito um contato com os korubos, a equipe se apavorou e deu tiros para cima. Isso revoltou os índios, que resolveram se vingar – disse.

Mas a versão contada por Paulo Canhão é confirmada por Sabá, um índio canamari. Morando atualmente na aldeia Massapê, a dois dias de barco de Atalaya do Norte, Sabá diz que não se sente culpado pelas mortes dos índios.

³⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil**, 2016, p. 17.



– Só eu matei uns 15. Fiz isso porque o Valmir mandou. No fim do tiroteio, o cano da minha espingarda estava pegando fogo – conta o índio.

[...] – Um dia depois do massacre, um barco da Funai veio buscar o corpo de Pimentel, e o Valmir mandou um relatório para Brasília, em que as mortes dos índios certamente não foram relatadas – disse Canhão³¹.

Outro ponto importante, partindo do questionamento sobre o porquê de 25 anos depois esses acontecimentos serem elencados com destaque no jornal O Globo, é pensar que apesar das ações de ocultamento em arquivos sem as quais não se sustenta uma ditadura, as memórias não ficam invisíveis por todo o tempo. E embora esse veículo de imprensa tenha se beneficiado nos anos da ditadura civil-militar, do ponto de vista empresarial e de seus valores conservadores, sua apreensão como fonte consiste em esmiuçar visões de articulistas internos atuantes em outros tempos e ainda de maneira dissonante. Ao lado das dimensões próprias de disputa entre as memórias dos sujeitos que participam da investigação, as contingências em torno da publicação de temas que perturbam esse ocultamento intencional também dialogam com a perspectiva de atuação não unívoca da imprensa ao longo do tempo, ainda que a ideologia dominante permaneça.

Outros sujeitos confirmam a história desse massacre e sustentam isso com suas próprias estratégias de uso dessa memória para a conformação da violência naquela região sobre os indígenas:

A não apuração dos fatos tem sido usada como justificativa pelos pescadores da região, que ameaçavam a invadir a reserva do Vale do Javari, em processo de demarcação.

– A Funai não tem moral para falar da gente, já que foi autora do maior massacre de korubos – afirmou Jorge Vieira, presidente da Colônia dos Pescadores Profissionais de Benjamin Constant, que garante ter ouvido a história do massacre do índio Sabá e de pescadores que em 1975 moravam perto do Rio Itacoraí³².

Ao longo de décadas seguintes, os indígenas conviveram com marcas do acirramento da caçada de pescadores e madeireiros em suas áreas:

³¹ O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.

³² O Globo, “Administrador da Funai teria chefiado massacre”, 16 abr 2000, sessão O País, p. 10. Cópia acessada entre o arquivo do MPF/AM.



Enquanto mostra um pedaço de chumbo cravado na perna, Xixu [que teve seus pais e outros parentes assassinados por intrusos ligados àquelas atividades de exploração] descreve as mortes, ocorridas entre os rios Ituí e Quixito, garantindo que sabe onde estão as ossadas³³.

Mais uma vez, é possível perceber semelhanças com a situação vivenciada pelos Ticuna na localidade de Capacete, quando o alojamento de chumbo no corpo torna-se um marcador comum da subalternização nessas relações. A violência que os atravessa é aplicada de maneira indistinta, no sentido próprio de como funciona o extermínio gerado pela ação colonial. Extermínio que não pode ser assimilado como prática de eliminar uma totalidade de indivíduos, tendo em vista que a existência subalternizada dos grupos indígenas interessa aos empreendimentos econômicos e políticos. Adiante, percebemos pontualmente essa semelhança:

Sertanista vai procurar ossadas com os índios

Atento às revelações, o sertanista Rieli, que está na região desde o ano passado, combina com Xixu uma expedição para buscar as ossadas dos índios na Semana Santa.

- Temos que investigar essas mortes. Esse relato mostra que os índios são mortos a balas como porcos do mato – diz Rieli, para quem os depoimentos confirmam as denúncias do Conselho Indígena Missionário (Cimi), em fevereiro de 1995, de que um grupo de korubos teria sido assassinado por moradores do Ladário³⁴.

Faz parte da dominação política colonialista a homogeneização dos grupos subjugados, justificada sob uma série de racionalizações que os inferioriza diante de poderes administrativos, econômicos e civilizatórios³⁵. As formas de intervenção e controle dos governos militares no território amazônico, ao longo dos anos recentes ao fim da década de 1980, foram orientadas pelo olhar de “degradação” e “primitivismo” sobre a Amazônia e suas populações, sob interesses de justificar os projetos econômicos diversos da ditadura (1964-1985)³⁶. A comparação a “porcos do mato” dessa vez, ou a “bicho selvagem”, como relataram os Ticuna em 1988, demonstra que o genocídio funciona com episódios

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ BALANDIER, George. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos CERU**, v. 25, n.1, 12/2014.

³⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas, 2008, pp. 70-71.



de matança sobre grupos classificados à margem da humanidade. De maneira ambígua, o genocídio só continua porque o seu processo não necessita atingir uma totalidade. Nesse caso, ele precisa atingir uma parcela homogênea de indígenas considerados incapazes de valorizarem os “recursos naturais” de seus territórios.

Conectar processos de genocídio em uma região abrangente, cujos casos levantados remetem a localidades específicas, nos permite uma reflexão não de reconstrução histórica, a partir de marcos temporais fundadores da guerra engendrada nas múltiplas relações sociais que formam esse espaço. Porém, outra, voltada para as relações contemporâneas de dominação e resistência política e seus “refazer” históricos.

Nessas disputas, as narrativas guiadas pela insubordinação ou que perturbam o ocultamento das documentações administrativas, são terrenos de semeadura da memória no tempo presente³⁷.

Qualquer discussão que se faça sobre como os povos indígenas tem enfrentado o genocídio ao longo de suas trajetórias, não deve prescindir de como essas populações “historicamente [são] privadas do reconhecimento público de suas memórias”³⁸ e, provavelmente por isso, por termos passado muito tempo sem escutar memórias de como são múltiplos e contínuos os massacres em seus territórios, tendemos a considerar que os assassinatos dos quais temos notícias hoje funcionam como punições extremas em conflitos pontuais.

“Uma guerra na mata” é um título que não sugere a passividade do lado mais fraco. Além do reconhecimento público das memórias indígenas, importa reforçar o reconhecimento histórico da violência-como-poder de grupos subalternizados enquanto estratégia de recusa da pacificação e da tutela. Foi

³⁷ O antropólogo Felipe Tuxá aponta que a partir de 2017 a categoria genocídio passa a estar presente em todos os documentos finais do Acampamento Terra Livre, até o ano de defesa de sua tese, em 2021: “[...] o uso crescente e a qualificação técnica e política do uso da categoria “genocídio” pelo movimento indígena configura uma resposta à altura da conjuntura histórica enfrentada por esses povos desde a eleição de Jair Bolsonaro. Se, antes, a categoria foi acionada para remeter ao contexto específico dos Guarani Kaiowá [documentos do ATL de 2009], o modo como tem sido mobilizada no presente evidencia um redimensionamento do trato e percepção sobre o fenômeno da violência contra os povos indígenas, apostando em uma retórica de defesa desses povos em sua totalidade, uma vez que estariam todos igualmente sob a mira de um plano genocida.” Conf. Cruz, Felipe S. M. Letalidade Branca. Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Doutorado em Antropologia. Universidade de Brasília, 2022, p. 24.

³⁸ **Memórias insurgentes** [recurso eletrônico]. – v.1. n.1, (2022). – Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.



oportuna para essas considerações a fala do antropólogo João Pacheco de Oliveira no lançamento do primeiro número da revista *Memórias Insurgentes*, realizado recentemente: “Não houve administrador, por mais preconceituoso que ele fosse, que não pensasse em quais seriam as reações dos indígenas nos processos de intervenção no território”³⁹.

A fonte que tornou possível desdobrar esse tópico possui limitações para apontarmos formas coletivas de organização entre os grupos citados do Vale do Javari. Evidencia, porém, relevância para sublinharmos como as ações punitivas do indigenismo oficial decorriam de um domínio sobre diferentes pontos da região, perpassando territórios de povos distintos, viabilizado pelo exercício de um poder centralizador. Esses aspectos tornam inevitáveis as comparações entre os casos de extrema violência.

Também revela, involuntariamente, um problema discutido desde o início da pesquisa de mestrado que desdobrou este artigo. A questão do genocídio não pode ser circunscrita pelo que os relatórios oficiais intencionam preservar para, assim, produzir a sensação de que através deles é possível captar o real⁴⁰. A leitura detalhada sobre folhas de imprensa que recuperam temáticas associadas deve persistir sob a consciência de esse ser um entrecruzamento necessário para trazer à luz os rastros da violação de direitos sob o regime autoritário. Pensar por essa perspectiva significa reconhecer a historicidade implicada nas práticas de investigação e denúncia relevadas na cena pública.

A democracia e o processo de criação de direitos inscritos nela não se constituem como o fim da violência, devido à correlação de forças em uma sociedade desigual, mas enquanto campo possível de ampla projeção de memórias e de trabalho pela verdade.

“Minha luta pelo meu povo”: perspectivas de autonomia entre memória e história Ticuna

O caminho da democracia também se faz com participação ativa dos sujeitos interessados na defesa dos seus modos de vida. Os processos de

³⁹ Lançamento realizado no Auditório Rio Solimões, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas (IFCHS-UFAM), 2022.

⁴⁰ FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 15.



demarcação de terras geralmente são acompanhados pelo acirramento dos conflitos⁴¹. Vimos essa situação tanto entre os Ticuna, quando os madeireiros declaravam que os indígenas já estavam “aculturados” – por isso não deveriam ter os direitos territoriais – e no Vale do Javari, quando os pescadores afirmavam que a Funai “não tem moral para falar” por conta de seus próprios atos de violência. Essas condições reforçam a perspectiva de que o alcance da lei está longe de ser um caminho para a trégua.

Nossa perspectiva em torno da *participação* está atrelada ao projeto político no qual os indígenas buscam imprimir os seus significados nas lutas pela criação de direitos. A antropóloga Maria Helena Ortolan Matos ressaltou que esse termo “sofreu um processo de naturalização do seu uso”, enquanto, por outro lado, ele foi utilizado historicamente sob diferentes vieses. Segundo a autora,

com o processo de democratização do Estado e de seus aparelhos na América Latina, iniciado nos anos 80, o termo tornou-se jargão popular e referência obrigatória em todo plano, projeto ou política governamental como sinônimo de descentralização política, apropriado até mesmo por discursos políticos conservadores⁴².

Convém apontar que a participação política é uma movimentação, não um lugar a ser alcançado ou um conjunto de atividades a serem burocraticamente executadas. Mas um refazer de caminhos, trajetórias e, principalmente, projetos de futuro para os diferentes grupos sociais que buscam autonomia.

Ao acompanharmos a narrativa de história de vida de Pedro Inácio Pinheiro, “cujo nome em Ticuna é Ngematücü, ‘Aquele que não tem pinta’ (clã da

⁴¹ Ainda que os casos de massacre não sejam apenas “respostas com punições extremas em conflitos pontuais”, é nítido o quanto os contextos específicos de luta por demarcação dimensionam o recrudescimento da violência. Ao longo da segunda metade da década de 1980, as possibilidades de aumento das demarcações com as mobilizações indígenas e com vistas às novas garantias constitucionais gerou uma multiplicação de casos emblemáticos: o “massacre do Capacete” (1988), após a conquista dos Tikuna sobre a demarcação da Área Indígena São Leopoldo em 1987; o “massacre Xakriabá” (1987), quando os indígenas avançavam nas ações de autodemarcação; o “massacre do Haximu” (1993), no ano seguinte à homologação da Terra Indígena Yanomami. Atualmente, a palavra genocídio é constante nas denúncias públicas articuladas pelos povos indígenas frente à imposição do Marco Temporal. As ações de retomada em territórios ancestrais com a demarcação estagnada, a exemplo do povo Guarani Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, são enquadradas como o alvo da milícia ruralista, cujos ataques vem se intensificando.

⁴² MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p. 20.



onça)”⁴³, podemos compreender como a construção da autonomia coletiva perpassa o refazer da identidade própria. Muitas vezes, o conhecimento sobre as lutas dos povos indígenas pelos seus direitos é associado aos anos de formação das organizações e seus desafios na relação com o Estado. Porém, uma maneira de desnaturalizar esses processos – e de tomar cuidado com uma ideia de resistência como desdobramento proporcional à intensificação da repressão – é ter acesso às histórias de vida.

A narrativa de Pedro Inácio foi gravada nos seus 38 anos, em 1984, durante a pesquisa de campo de Marília Facó Soares acerca da língua Ticuna. Nas palavras da pesquisadora do Museu Nacional/UFRJ: “Com aparência de discurso autobiográfico, essa narrativa na língua Ticuna se coloca no nível de um texto político, fundamental para a compreensão da história recente do povo Ticuna”⁴⁴. Dessa forma, tivemos acesso à ela através de sua publicação em um livro bilíngue, cuja tradução escrita em português viabilizada pelo indígena Reinaldo Otaviano do Carmo ou Mepawecü ‘Aquele que tem bico bonito’ (clã do mutum) “respeita e procura mostrar a beleza do texto em Ticuna”⁴⁵.

O narrador inicia dizendo que cresceu entre os brancos depois de ter se afastado “daquele talvez [seu] pai”⁴⁶, o qual nunca lhe havia dado conselho, e de ter ficado órfão pela morte de sua mãe.

Tinha completado dez anos no meio deles naquele tempo, eu [...] eu pensava que não era mais uma pessoa e porque era assim já um não-indígena eu ia ser; sem motivo era o meu pensamento naqueles dias daquele tempo.

Pedro Inácio nasceu na região do igarapé Tunetü, no Ewaré, local mítico de origem de todos os Ticuna, município de Tabatinga (AM), em 1944. Passou a morar em Manaus em torno de seus 12 anos. Nesse momento, passou a ser criado por alguém que chama de patrão, e que sobre ele exercia um controle severo em relação aos costumes para tornar-se “civilizado”. Ao longo da juventude, chegou a morar na Colômbia, mais uma vez “no meio deles”, dos não-indígenas,

⁴³ SOARES, Marília Facó; PINHEIRO (Ngematücü), Pedro Inácio; CARMO (Mepawecü), Reinaldo Otaviano do. **Tchorü düügüca'tchanu. Minha luta pelo meu povo**. Niterói – RJ: EDUFF, 2014.

⁴⁴ Idem, p. 4.

⁴⁵ Idem, p. 8.

⁴⁶ No original, “eu fui embora dele, daquele talvez meu pai”.



retornado à boca do Tunetü aos 26 anos. A partir de então, Pedro Inácio conta que passou a conhecer algumas palavras como “Governo” e “propriedade”.

No convívio com uma família que estabeleceu o domínio de extração de madeira e também o domínio religioso, como era o caso dos Mafra, o narrador lembra que teve que se manter como “guarda”, isto é, exercer a vigilância sem a qual não se aplicariam as punições. Mas quando ele levantou questionamento sobre as proibições em relação ao jeito de se vestir e de se comportar estarem direcionadas exclusivamente aos indígenas, logo foi expulso: “a mim ele expulsou e só uma pessoa eu passei a ser”⁴⁷.

Nas páginas da imprensa da década de 1980, nas pesquisas sobre movimentos indígenas e em documentos de organizações políticas de dentro das comunidades, encontramos registros da atuação de Pedro Inácio enquanto liderança. Essa fala “e só uma pessoa eu passei a ser” nos permite ter dimensão de sua formação enquanto sujeito de sua própria história, o qual não é apenas um sujeito coletivo – de identidade genérica e que pode ser submetida – mas alguém capaz de romper com o sentido dominante do que era ser indígena naquele convívio social. Embora os diferentes sentidos de sujeito sejam dialéticos, retomamos o entendimento de que são elaborações diferentes.

É relevante pensarmos esse marco de trajetória individual *a priori* do movimento organizado de criação de direitos, ou seja, quando as identidades de lideranças já estão consolidadas. Essa última dimensão das transformações históricas comumente está situada nos “arranjos de configurações teóricas”⁴⁸ que buscam discernir o que é resistência, por exemplo, quais são os antagonismos próprios de determinado período, como são os embates internos e de que maneira as atividades desses grupos formam um contexto específico.

Para Pedro Inácio, ter a determinação de “ser uma pessoa só” parece implicar na recusa de assumir o lugar de “não-indígena” desdobrado nas relações repressivas que os padrões estabelecem com quem se distancia da vida em comunidade. Percebemos essa afirmação como parte do processo das políticas indígenas por autonomia porque ela entrelaça possibilidades de rompimento com a tutela em um nível ao mesmo tempo pessoal e estrutural.

⁴⁷ Idem, p. 53.

⁴⁸ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 12.



O sujeito histórico do qual estamos falando foi incorporado no projeto “Os Brasis e suas memórias”⁴⁹, coordenado por João Pacheco de Oliveira, dentro do qual contribuem diversos autores (indígenas e não-indígenas) de textos biográficos. Pedro Inácio faleceu no dia 25 de julho de 2018. A biografia publicada após sua morte foi escrita por Brodolone Pedro Inácio Pinheiro, seu filho; Leonardo Jeronimo Firmino, professor Tikuna; e Neia Inácio Ramires, sua neta. No mesmo ano, também faleceu Nino Fernandes, Tikuna da comunidade indígena de Filadélfia da Terra Indígena de Santo Antônio. Ele também foi membro do Conselho Geral da Tribo Ticuna, ocupando o cargo de coordenador a partir de 1985, depois de ter assumido a presidência da Organização Geral de Professores Ticuna Bilíngues, em 1982. Segundo a biografia publicada no projeto citado, escrita por seu sobrinho José Fernandes Mendonça, Nino Fernandes foi o primeiro professor Ticuna e sua luta pela educação indígena diferenciada contribuiu “enormemente para a educação indígena no país”⁵⁰.

Quando valorizamos a narrativa materializada na autobiografia e a de outros membros do seu povo, imprimimos à história a vivacidade de processos de resistência que muitas vezes sucumbe na abordagem detida aos grandes feitos de sujeitos com a liderança já consolidada. De acordo com as reflexões de Arlette Farge,

a busca do sentido, da inteligibilidade (aquela que dá hoje a nossa atualidade acentos tão dolorosos) se coloca na pesquisa histórica como um gesto a mais, não separado dos outros, que procura religar os mortos aos vivos, o sujeito a seus semelhantes, indicando os lugares de sua irreduzível separação, lá onde interrompem a história para construir outra, certamente pouco discernível, mas dizível⁵¹.

A noção de resistência merece observações críticas para evitarmos naturalizar determinados posicionamentos de recusa ou de insubordinação. A referência fundamental para pensarmos os problemas em torno da ideia de resistência na história indígena tem sido o texto “Armas e armadilhas” de John

⁴⁹ Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/pedro-inacio-pinheiro-ngematu/>. Acesso em 19 jun 2023.

⁵⁰ Disponível em <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/nino-fernandes/>. Acesso em 19 jun 2023.

⁵¹ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 12.



Monteiro. Nesse texto, apesar dos riscos alertados acerca de generalizações e “essencialismos”, o historiador diz que é possível falar em resistência política como uma ideia distinta de resistência cultural⁵².

Na introdução da obra “Pacificando o branco”, o antropólogo Bruce Albert também levanta problematizações acerca do uso desse conceito sob perspectivas por ele relacionadas a um “funcionalismo moralizante”. Entretanto, ao incorporar casos etnográficos de “reconquista de autonomia social, econômica e territorial”, é apreendida a visão em torno das “microrresistências capilares inerentes às relações de poder”, segundo as reflexões de Michel Foucault⁵³.

Dessa maneira, Bruce Albert destaca:

Nenhuma sociedade, desde que consiga sobreviver, pode deixar de capturar e transfigurar em seus próprios termos culturais tudo que lhe é proposto ou imposto, até nas mais extremas condições de violência e sujeição, independentemente de qualquer confronto político (guerra, rebelião ou protesto)⁵⁴.

É interessante como essa leitura dialoga com o processo de elaboração da política indígena, de modo simultâneo ao contexto de instituição de direitos que se evidencia ao longo da década de 1980. A perspectiva da participação política e da luta por autonomia reconhece a capacidade dos sujeitos em “transfigurar em seus termos culturais tudo que [lhes] é proposto ou imposto”, para dar ênfase à citação anterior.

Naquele tempo, um capitão eu ainda não era, naquele tempo; só era um morador naquele tempo, não é mesmo? Eu não tinha conhecimento porque, naquele tempo, não havia FUNAI e naquele tempo – não é mesmo? – De repente a notícia dele estava lá, do governo que briga por nós, o governo verdadeiro dos índios, o governo verdadeiro dos Ticuna existia, não é mesmo? Naquele tempo, um dia por ele eu procurei, e então ele me encontrou. E, naquele tempo, só na terra de Umariacu ele existia, há muito tempo ele existia, as pessoas chama ele de governo – não é mesmo? –, dentro do SPI o governo [...] naquele tempo já tinha chegado a FUNAI [...] no ano de 74⁵⁵.

⁵² MONTEIRO, John. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 337-349.

⁵³ ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

⁵⁴ Idem, p. 14.

⁵⁵ SOARES, Marília Facó; PINHEIRO (Ngematücü), Pedro Inácio; CARMO (Mepawecü), Reinaldo Otaviano do. **Tchorü düügüca'tchanu, Minha luta pelo meu povo**, 2014, p. 55.



A partir da aproximação com o “governo”, como é chamado o órgão tutor, na aldeia Vendaval, a contestação da exploração exercida pelos comerciantes sobre os indígenas Ticuna ultrapassa a dimensão de uma história de vida. Os relatos sobre os abusos que eles sofriam por parte dos patrões foram materializados em documento e isso significou uma insubordinação excepcional para aquele tempo. A representação de capitão de aldeia já existia, mas, segundo Pedro Inácio, aquele de Vendaval chamado Ângelo nunca fazia reunião e os moradores ficavam sem saber notícias das ações do governo.

A briga com os patrões tornou-se incontornável. Muitas vezes, os indígenas vivenciavam um modo de dominação de estilo paternalista nessa relação de classe com os comerciantes. Utilizamos o sentido de paternalismo que E. P. Thompson levanta ao analisar a hegemonia cultural dos proprietários fundiários da Inglaterra no século XVIII, de maneira a identificar problemas relacionados às expressões simbólicas de autoridade e controle⁵⁶. Pedro Inácio lembra:

Naquele tempo comigo ele brigou, aquele homem [comerciante chamado Birota], não é mesmo? E assim ele falou para mim: Como é que você me fez aquilo? Primeiro, aqui comigo você cresceu, as coisas você soube, aqui você cresceu e por que você fez aquilo?⁵⁷

Antes das ameaças de violência física ou de aprisionamento sob alegações de mentiras contadas diante as autoridades, o patrão recorre à persuasão moral. Dessa forma, a figura da autoridade impõe uma dívida que não é apenas material, mas traduzida na violação do modo de ser do “outro” para torná-lo submisso aos valores que ordenam as hierarquias. A tentativa de lapidação do sujeito funciona para afastá-lo da expectativa de autonomia através do medo de não saber, do medo de não ter por quem se guiar.

A recusa da reverência à figura do patrão significou uma guinada na história Ticuna, ainda que estejamos falando da ação de um sujeito específico. Mas a partir do olhar para sua trajetória e memória, podemos reconhecer uma

⁵⁶ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs.: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 229.

⁵⁷ SOARES, Marília Facó; PINHEIRO (Ngematüçü), Pedro Inácio; CARMO (Mepawecü), Reinaldo Otaviano do. **Tchorü düügüca'tchanu, Minha luta pelo meu povo**, 2014, p. 63.



das iniciativas que desdobraram movimentos amplos de luta em defesa dos direitos territoriais e de contestação da tutela. De nenhuma maneira, esse processo foi linear e abrangente de uma história única dos Ticuna. Pela própria discussão sobre hegemonia cultural, não podemos perder de vista a rejeição que muitos moradores manifestavam quanto à palavra de quem contrariava os padrões, estes que recebiam e compravam alimentos (farinha, abacaxi, banana etc.) produzidos em terras Ticuna.

Por outro lado, a generalização das ameaças de punições demonstra que essa história está entremeada na memória coletiva das comunidades, em diversos municípios do alto Solimões: “[...] agora eles eu chamo, os governadores dos homens, coronéis e todos os soldados eu vou chamar, para pegar todos os Ticuna”⁵⁸. A morte de animais (bois e cavalos) pertencentes às comunidades se tornou recorrente, isso é simbólico no contexto do massacre de 1988⁵⁹.

É pertinente a leitura de James Scott sobre “formas de dominação estruturalmente análogas”⁶⁰. Para o autor, as semelhanças entre a escravatura, a servidão e sistema de castas são bastante explícitas. Nelas, são construídas relações “invariavelmente atravessadas por um elemento de terror pessoal”, de maneira que não somente o que acontece, mas também “o que lhe *poderá* acontecer atravessa toda a relação”⁶¹. Na história recente dos Ticuna, é imprescindível dialogar com a compreensão de Antônio Carlos Souza Lima sobre o poder tutelar, a ser marcada sua diferença em relação ao regime tutelar, destacado pela abordagem de João Pacheco em outra situação histórica.

Essa distinção pode ser resumida da seguinte maneira: “regime tutelar” seria “a instauração pragmática da tutela sobre os povos indígenas, operada pelo

⁵⁸ Idem, p. 67.

⁵⁹ Os Ticuna sofreram uma emboscada no momento em que se deslocaram das comunidades São Leopoldo e Novo Porto Lima para as proximidades do município amazonense Benjamin Constant, no local chamado “Boca do Capacete”, para perguntar aos “civilizados” (termo utilizado nos relatos), se foram eles que mataram um boi pertencente às comunidades. Os indígenas planejaram aguardar nas comunidades os capitães (lideranças) voltarem com a Polícia Federal para todos terem esse contato com autoridades por perto, tendo em vista à ameaça de resposta violenta. Porém, antes de os capitães voltarem, alguns indígenas – entre mulheres e crianças – foram à casa de um indígena chamado Flores que fica perto dos “civilizados”. “Foi a hora em que começou o conflito e receberam o grande choque dos civilizados que arderam nós e começou o tiroteio” [fragmento da carta-relatório do professor Ticuna Santo Cruz Mariano Clemente ou Pucüracü, publicado na revista “A lágrima Ticuna é uma só”, em 1988].

⁶⁰ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, p. 17.

⁶¹ Idem, ibidem.



Estado”⁶². O conceito de “poder tutelar” busca “dar conta de determinada experiência histórica articulada a processos de longa duração”⁶³. Não podemos deixar de observar que a disciplina imposta sobre os indígenas por parte de particulares remonta à forma como o Estado brasileiro planejou seu modo de interação com esses grupos ao longo de diferentes temporalidades, sob a expressiva força militar.

Para dimensionarmos o processo de contestação do poder tutelar entre as comunidades indígenas Ticuna e, assim, sublinharmos que as circunstâncias de organização coletiva vistas naquele violento final de março de 88 eram específicas de anos recentes, vale lembrar o final da década anterior. As reuniões entre moradores para a “abertura da palavra” em relação ao significado da presença dos funcionários do governo naquelas áreas foram desdobramentos dos interesses de defesa da terra.

A ampliação da comunicação entre os sujeitos nos anos 1970 engendra outros processos de conflitos. A instalação do posto da FUNAI na aldeia de Vendaval, em 1977, traduz aproximações que não podem ser reduzidas a uma visão unilateral de interesses, uma vez que sabemos o contexto de expansão do órgão indigenista nas áreas de fronteira durante a ditadura. Essa busca mútua está longe de implicar em tentativas de construção do consenso, porém, consiste em enfrentamentos por participação em outros terrenos de disputas.

A narrativa de Pedro Inácio dá conta de viagens que proporcionaram encontros com outros grupos indígenas também em luta pela terra, discussões que aconteciam diante de interesses em comum e que passavam a ser potencializados na cena pública. É interessante a ênfase na “abertura da palavra”, na “reunião grande”, e como esses processos têm o sentido de guinada em sua trajetória em relação à afirmação própria de “naquele tempo eu nada sabia”. São essas formas alternativas de organizar a comunicação que encaminharam a possibilidade de uma década de 1980 expressiva no campo da instituição de direitos. Compreender esse contexto através de falas e não por causalidades significa problematizar a enunciação da diferença, como escreve a historiadora

⁶² ASCENSO, João Gabriel da Silva. **“Como uma revoada de pássaros”**: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021, p. 19.

⁶³ Idem, *ibidem*.



Arlette Farge: “A fala, em lugar de ilustrar o discurso da história com um exemplo, vem lhe causar problema, exigindo dela outro relato dos fatos e dos acontecimentos, capaz de integrar o descontínuo e o desfigurador”⁶⁴.

Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida, os encontros de movimentos sociais emergidos na área rural da Amazônia buscavam uma “negociação mais global”⁶⁵. Dessa forma, ao manifestarem em suas cartas e declarações “aspectos consensuais de confrontos localizados”, estabeleciam uma coesão em suas práticas, ainda que fossem movimentos não-homogêneos.

Os interesses em comum entre as *unidades de mobilização* que aglutinavam diferentes segmentos entre os “povos da floresta” – indígenas, seringueiros e castanheiros, por exemplo, além de comunidades atingidas por grandes empreendimentos governamentais e econômicos – norteavam a defesa da reforma agrária, da não-intrusão e da demarcação de terras indígenas. Para além de organizações baseadas em categorias, os “conselhos”, “associações” e “comandos” que então se formavam no processo de lutas políticas “não representavam apenas simples respostas a problemas localizados”⁶⁶. Almeida explica que “Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com instâncias de intermediação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local”⁶⁷.

Ao tomarmos a narrativa de Pedro Inácio enquanto fonte para um tema amplo como a política indígena e a criação de direitos, propomos destacar, sobretudo, maneiras de fazer evocados pela memória. Enquanto não havia o movimento político fundado, nomeado com siglas e dividido para demandas específicas, a abertura de canais de participação articulava uma resistência esboçada nessa leitura como *traço*, no lugar de esquemas de interpretação sobre atos que representam os resultados das disputas.

Por isso, a acuidade de Michel de Certeau é referência nas perspectivas sobre trajetória e suas trilhas abertas de modo imprevisto pelo controle de classe. Nas suas palavras, a trajetória como categoria de análise “deveria evocar um

⁶⁴ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 61.

⁶⁵ ALMEIDA, A. W. B. de. “Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. **Reforma Agrária**, ano 19, n.1, p.4-7, abril/jun. 1989.

⁶⁶ Idem, p. 523-524.

⁶⁷ Id., *ibid.*



movimento temporal no espaço, isto é, a unidade de uma *sucessão* diacrônica de pontos percorridos, e não a *figura* que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou acrônico”⁶⁸.

No ano de 1980, o mapa da demarcação que denominaria a área indígena São Leopoldo estava em processo de elaboração pelos conhecimentos dos Ticuna envolvidos nas reuniões: “Nós fizemos aquele mapa, eu fiz aquele, onde é que era e como é que ia ser, aquele documento dela, o documento da terra”⁶⁹. Podemos acompanhar esse protagonismo também através do trabalho etnográfico a respeito do processo:

Em 1980, o capitão da aldeia Vendaval, Pedro Inácio Pinheiro (“Ngematucu”), convidou todos os chefes de comunidades para uma assembleia geral do povo Ticuna, indicando que a pauta seria constituída pela definição das terras de que necessitavam e por ações de proteção da língua [...]. Durante a visita preliminar às aldeias para a distribuição dos ‘convites’, foram surgindo os primeiros mapas (parciais) de cada localidade, resultado das discussões com as lideranças locais. O sobrinho de Pedro Inácio, que o acompanhara para ajudar nos cuidados com o motor, era também um habilidoso desenhista e durante as conversas começou a traçar as terras de cada aldeia em folhas de papel [...]. Ao final dessa longa viagem de canoa, resultou um conjunto de desenhos que, na primeira reunião dos capitães, realizada em Campo Alegre, em 01-11-1980, foram juntados e consolidados, resultando na primeira planta de delimitação das terras Ticunas. Uma comissão de três capitães foi formada e ficou encarregada de viajar à Brasília e entregar ao presidente da FUNAI proposta dos Ticunas, o que ocorreu em janeiro seguinte⁷⁰.

O decreto para essa demarcação consta na data de 15 de abril de 1986. Os processos de desintração duram mais anos, atravessam décadas. Ao longo desse período, as trilhas abertas por trajetórias de luta por autonomia permitiram que a exposição da violação dos direitos indígenas ultrapassasse seu próprio lugar de execução. Mais do que a exposição de uma realidade, a possibilidade de fortalecimento dos seus próprios entendimentos sobre a violência contra a sua cultura. A luta contínua dos moradores dessa área indígena para criar e defender direitos, segundo seus valores, compõe uma história insubmissa ao peso da tutela

⁶⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 93.

⁶⁹ SOARES, Marília Facó; PINHEIRO (Ngematüçü), Pedro Inácio; CARMO (Mepawecü), Reinaldo Otaviano do. **Tchorü düügüca’tchanu, Minha luta pelo meu povo**, 2014, p. 99.

⁷⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. A Refundação do Museu Maguta: Etnografia de um Protagonismo Indígena, p. 204. Disponível em: http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/refundacao_maguta_JPO.pdf. Acesso em 15 jan 2020.



e da dominação, dimensões tão enfatizadas em trabalhos que são referências para as pesquisas sobre a região⁷¹.

Quando tratamos da política indígena e da luta pela criação de direitos entre memória e história Ticuna, atravessamos o risco de generalizações que, por vezes, a perspectiva de etnicidade pode abarcar. Mas é coerente apontar a transitividade de presenças e trajetórias nessa grande região que é o Alto Solimões. Isto é, o cuidado em não sustentar a visão de uma história única também deve evitar a fixidez do papel transformador da ação política de determinados sujeitos sobre alguma localidade específica.

Considerações finais

“A minha luta pelo meu povo” evidencia como os enfrentamentos mobilizados pelos indígenas se articulam de dentro para fora das comunidades. Muitas vezes, a noção de “movimento” reproduz a ideia de uma coletividade guiada por uma consciência *a priori* que gera a ação política, portanto, sendo forjada de maneira externa ou como desdobramento de algum centro estruturante. É possível escapar a essa noção quando as perspectivas em torno dos movimentos sociais protagonizados também por indígenas atentam para “rituais de negociação política”⁷² específicos entre esses povos e entre trajetórias individuais.

Quando falamos de histórias de genocídio, não tratamos unicamente da produção da morte, mas, sobretudo, dos enfrentamentos visualizados em estratégias de recusa à “pacificação” e contra a tutela. As memórias das violências são semeadas para que as ações de resistência não sejam narradas como reconstituição do passado dessas populações, porém, como uma luta constante a

⁷¹ LEAL, Davi Avelino. Historiografia e história indígena e do indigenismo na Amazônia. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia Amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 343.

⁷² ALMEIDA, A. W. B. de. “Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. *Reforma Agrária*, ano 19, n.1, p.4-7, abril/jun. 1989, p. 526.



partir da qual são colhidas as possibilidades de vida coletiva: “A palavra cria territórios”⁷³.

Nesse aspecto, leva-se em conta processos reais de como ocorre a busca por outras interlocuções, desde a interlocução oficial mais próxima e cotidiana, até os centros de poder. Há a possibilidade de renovação no campo da historiografia indígena quando os processos de luta deixam de ser circunscritos aos centros políticos de deliberação, como as representações nacionais que existiram sobretudo na década de 1980, e passam a se revelar em diversos lugares de enunciação, experiência e memória.

Data de submissão: 30-03-2024

Data de aceite: 14-11-2024

Referências

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. (Orgs.). **Pacificando o branco:** cosmologias do contato norte-amazônico. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. “Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. **Reforma Agrária**, ano 19, n.1, p.4-7, abril/jun. 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos *archivos* da Amazônia. Rio de Janeiro: **Casa 8**. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ASCENSO, João Gabriel da Silva. **“Como uma revoada de pássaros”:** uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021.

BALANDIER, George. A situação colonial: abordagem teórica. **Cadernos CERU**, v. 25, n.1, 12/2014.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.

⁷³ Os povos indígenas resistem à perda dos seus territórios com o entendimento ancestral sobre pertencimento que advém de cantos, de palavras narradas pela oralidade. A resistência pela defesa da terra não é natural, não nasce com os sujeitos; ela é transmitida e reelaborada nas memórias. Conf. PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde)**: Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica em Douradina MS (1943-2019), 2020.



Cruz, Felipe S. M. **Letalidade Branca**. Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Tese de doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, 2022.

CRUZ, H; PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, no 35, p. 253-270, 2007.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 23-31.

LEAL, Davi Avelino. Historiografia e história indígena e do indigenismo na Amazônia. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia Amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 343.

MAGALHÃES, Talita Gama de. **O relatório de Jáder de Figueiredo, memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962-1968)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2020.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

Memórias insurgentes [recurso eletrônico]. – v.1. n.1, (2022). – Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.

MONTEIRO, John. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 337-349.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P. 117-160. (Cap. A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório).

OLIVEIRA, João Pacheco de. A Refundação do Museu Maguta: Etnografia de um Protagonismo Indígena, p. 204. Disponível em: http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/refundacao_maguta_JPO.pdf. Acesso em 15 jan 2020.

PANTOJA, Tamily Frota. Arquivos da violência: rastros do genocídio Ticuna e a elaboração de práticas sociais de denúncia (Alto Solimões/AM, 1988). In:



PANTOJA, T. F.; BASTO, R. de O. (Orgs.). **Caminhos da Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. (Coleção PPGH, v 8).

PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde)**: Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica em Douradina MS (1943-2019), 2020.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: Funções do Tempo na História Oral”. Publicado pela primeira vez em **International Oral History Journal**, II, 3 (Outono, 1981), p. 162-180.

SILVA, Bernardo Natividade Vargas da. **Territorialidade Korubo no Vale do Javari – AM**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2017, p. 6.

SILVA, O. Memória, preservação e tradições populares. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SOARES, Marília Facó; PINHEIRO (Ngematücü), Pedro Inácio; CARMO (Mepawecü), Reinaldo Otaviano do. Tchorü düügüca'tchanu. **Minha luta pelo meu povo**. Niterói – RJ: EDUFF, 2014.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs.: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012

